



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Exortar o Governo a elevar a eficiência administrativa e a salvaguardar os direitos e interesses dos empregadores das pequenas e médias empresas

Durante o processo do desenvolvimento económico de Macau, as pequenas e médias empresas (PME), enquanto força impulsionadora importante, desempenham um papel muito importante, porém, continuam a ter de enfrentar vários tipos de impactos e desafios no seu processo de desenvolvimento. Para além dos problemas de orçamento e de capital, as PME ainda têm de enfrentar dificuldades no tratamento de assuntos públicos e das correspondentes formalidades administrativas que, devido à sua morosidade, as leva a ter de passar por “testes de paciência”, uma situação que em nada beneficia o seu crescimento saudável. Recentemente, o nosso escritório recebeu uma queixa de um empregador de uma pequena empresa sobre os procedimentos da entrega de declaração do modelo M3/M4 (Relação Nominal dos Empregado ou Assalariados) do Imposto Profissional do 1.º Grupo, que tem de ser entregue todos os anos na Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) em Janeiro e Fevereiro, procedimentos esses que são bastante morosos e resultam em muitas perturbações desnecessárias para as PME.

Neste caso, o responsável da empresa em causa recebeu, no final de Junho de 2024, a notificação de comunicação emitida pela DSF, na qual se indicava que a sua empresa não tinha entregado a declaração M3/M4 referente ao ano de 2021 e se exigia o pagamento da multa correspondente. Isto deixou a empresa perplexa e, ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

mesmo tempo, veio demonstrar a morosidade dos procedimentos administrativos, levando os cidadãos a duvidar da capacidade de execução do Governo. Esta situação de atraso nos procedimentos administrativos não só encurta o tempo para as PME poderem tratar das formalidades, mas também aumenta os custos operacionais, o que em nada favorece a criação de um ambiente de negócios estável, justo e saudável para o desenvolvimento das PME de Macau.

Para resolver o problema dos encargos adicionais causados às PME pelo excesso de morosidade da situação administrativa referida, o Governo não só precisa de rever seriamente o assunto, como também precisa de proceder à optimização da eficiência administrativa. Para além do cumprimento de preenchimento da declaração do imposto profissional, é ainda necessário definir com clareza e em concreto os procedimentos para a recuperação do imposto e, partindo de vários aspectos, elevar o grau de execução dos procedimentos administrativos, a fim de assegurar a maximização dos interesses dos empregadores das pequenas empresas e de evitar retrocessos na eficiência.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Quanto à situação de não liquidação do imposto por parte do empregador, por que razão é que o Governo não entrou em contacto com a empresa no mesmo ano,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e só comunicou a falta de pagamento passados três anos?

2. Os procedimentos administrativos são morosos, então, como é que o Governo vai melhorar a situação, com vista a elevar a eficiência dos trabalhos internos do Governo?

3. Com vista a reforçar a comunicação entre o Governo e as empresas e a ajustar, atempadamente, as suas políticas, para melhor servir as PME, o Governo vai criar um mecanismo de *feedback*, para mais responsáveis de PME poderem apresentar, atempadamente, as suas dificuldades?

22 de Novembro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang